

BOLETIM 1463

Brasília (DF), 7 de agosto de 2026



FETRACONSPAR PROMOVE DEBATE SOBRE NR 01, QUE TRATA DE RISCOS PSICOSSOCIAIS NOS LOCAIS DE TRABALHO

A FETRACONSPAR, em parceria com o SINTRACOCIFOZ e com o apoio da CONTRICOM, à qual é filiada, promoveu, no último dia 5 de agosto, em Foz do Iguaçu (PR), uma palestra sob o tema **“O Impacto do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais na Organização dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário”**, com foco na Norma Regulamentadora (NR 01) *(fotos)*.

A palestra foi ministrada por Robinson Leme, especialista na matéria, que procurou esclarecer o conteúdo da norma e debater com os sindicalistas que participaram presencialmente e outros que acessaram por videoconferência em várias partes do país.

O NR 01 se encontra em vigor desde o dia 26 de maio e, embora contestada judicialmente em São Paulo, representou uma importante conquista dos trabalhadores na defesa de procedimentos preventivos para o combate aos riscos psicossociais nos locais de trabalho.



A iniciativa integra a programação da Brigada Sindical e tem como objetivo ampliar os conhecimentos dos dirigentes, fortalecer a atuação sindical e contribuir para a melhoria das condições de saúde e segurança dos trabalhadores da construção e do mobiliário.

O presidente da FETRACONSPAR e da CONTRICOM, Reinaldim Barboza Pereira, considerou “bastante esclarecedores a palestra e os debates, mas com certeza teremos que realizar outras atividades como essa para entender a complexidade da norma e sua aplicação”.

ENCONTRO DOS DEPARTAMENTOS JURÍDICOS

Reinaldim também reforçou a importância da realização, nos dias 20 e 21 de agosto, do **Encontro dos Departamentos Jurídicos dos Sindicatos**, que, no Paraná, já é realizado pela terceira vez através da FETRACONSPAR.

O dirigente informou que esse evento também será aberto por videoconferência para participação das federações e sindicatos que do plano de representação da CONTRICOM. O evento será realizado em conjunto com o Instituto Edésio Passos, um tradicional parceiro do movimento sindical no Paraná.

Segundo Reinaldim, será uma “boa oportunidade para o debate de questões jurídicas que afetam os sindicatos e os trabalhadores, principalmente aquelas relacionadas às negociações coletivas de trabalho”.

Congresso retorna com dúvidas sobre PEC da jornada de trabalho e prioridade para pautas do agro

O Congresso Nacional inicia o segundo semestre com uma série de pendências para votação, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a jornada de trabalho 6x1, a PEC da Segurança Pública e projetos da pauta do agronegócio. O calendário apertado por causa das eleições, no entanto, deve fazer a Casa priorizar temas com consenso.

Oficialmente, a previsão era que os trabalhos retornassem nesta semana. Até o momento, porém, não há previsão de sessões deliberativas para os próximos dias.

A ideia é que as votações no Senado e na Câmara dos Deputados sejam retomadas na semana no dia 10, com ritmo morno.

Entre os senadores, há um combinado para priorizar projetos da pauta do agro, como a modernização do seguro rural e o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), que aguardam votação no plenário.

Também é tida como prioridade a PEC da Segurança Pública, para alterar competências dos entes federativos na área de segurança e reorganizar instrumentos de combate ao crime organizado.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ainda não deu sinalizações sobre quando pretende pautá-la, mas pessoas próximas consideram que ele tentará votá-la antes das eleições, pelo apelo político.

Outro tema que permanece no radar é a PEC do marco temporal para demarcação de terras indígenas, defendida pela oposição e por

parlamentares ligados ao agronegócio. Alcolumbre sinalizou a intenção de pautar o texto no segundo semestre.

PEC da 6X1 e minerais críticos - O governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), concentrará esforços para avançar com a PEC do fim da escala 6x1, uma de suas principais bandeiras eleitorais em 2026. O projeto, no entanto, segue sem ser despachado à Comissão de Constituição e Justiça por Alcolumbre.

Nos bastidores, interlocutores avaliam que ainda persiste um mal-estar na relação entre o senador e Lula que pode desacelerar o ritmo de tramitação.

Minerais - Na área econômica, outro projeto acompanhado de perto pelo governo e pelo setor produtivo é o que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Câmara: PLP dos combustíveis e MEI - A Câmara ainda deve discutir o PLP dos Combustíveis, que autoriza a União a usar receitas extraordinárias obtidas pelo setor de petróleo e gás para compensar a redução de tributos sobre a gasolina, o diesel, o biodiesel e o etanol. A proposta envolve receitas de royalties, Imposto de Exportação, Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Os deputados também devem discutir se vão realizar a votação sobre o projeto de lei que amplia o limite de faturamento para microempreendedores individuais (MEIs). Até o momento, o governo resiste à proposta da Câmara de também atualizar o teto do Simples Nacional, com a avaliação de que o impacto fiscal é maior.

Também estão pendentes de apreciação a PEC que permite a entidade nacional dos municípios a ingressar com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) e o projeto que amplia ações de combate à misoginia.

Fonte: Estadão Conteúdo



Centrais Sindicais alinham panfletagem para o Dia Nacional de Luta

A sede da UGT, em São Paulo, recebeu a reunião dos secretários-gerais das centrais sindicais para organizar, de forma conjunta, a panfletagem nacional do Dia de Luta, que começa em 10 de agosto e se estende por toda a semana.

Durante o encontro, os dirigentes definiram estratégias conjuntas para ampliar a mobilização, fortalecer a unidade sindical e dialogar diretamente com trabalhadores em diversos estados brasileiros.

Além disso, as centrais estabeleceram um cronograma unificado para distribuir materiais informativos durante toda a semana, intensificando as atividades preparatórias para o dia 10 nacional.

A panfletagem ocorrerá em fábricas, terminais, estações, locais públicos e principais regiões industriais, ampliando o alcance das informações e incentivando maior participação popular organizada.

As ações também reforçarão a campanha pela redução da jornada de trabalho, pelo fim da escala 6x1 e pela valorização dos direitos trabalhistas históricos conquistados.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Dia 10/08: TODOS JUNTOS!

Mobilização Nacional pelo Fim da Escala 6x1 e pela Redução da Jornada de Trabalho, sem redução salarial!

O movimento sindical, com apoio dos movimentos populares, faz um chamamento a todas as pessoas trabalhadoras do país, para que no DIA 10/08 se somem às mobilizações - nas ruas e nas redes - para exigir que os senadores, eleitos graças aos nossos votos, VOTEM SIM e IMEDIATAMENTE ao projeto que põe Fim à Escala 6x1 e reduz a Jornada de Trabalho, sem reduzir salário, já aprovado pelos deputados e defendido por mais de 70% da população.

Vamos usar a tag VOTA, SENADO! Mandem mensagens diretas para os senadores do seu estado utilizando a plataforma napressao.org.br ou pelo site: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio>

Postem nas redes, marquem pessoas, curtam as postagens sobre o tema, comentem, compartilhem! Isso aumenta o alcance, reúne mais pessoas e intensifica a pressão ao Senado.

Governo Lula aposta na aprovação do fim da escala 6x1 antes da eleição

As sessões deliberativas na Câmara e Senado serão realizadas em apenas duas semanas de “esforço concentrado” (entre os dias 10 e 14 de agosto e 31 de agosto a 3 de setembro)

Com o fim do recesso parlamentar, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diz que vai priorizar a aprovação, antes das eleições, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho e acaba com a escala 6x1.

“A retomada dos trabalhos legislativos exige foco naquilo que realmente transforma o dia a dia dos brasileiros. Como líder do governo, reafirmo que o debate sobre o fim da escala 6x1 é uma pauta prioritária para nós e urgente para a população”, afirma a senadora Teresa Leitão (PT-PE).

Por causa das eleições, as sessões deliberativas na Câmara e Senado serão realizadas em apenas duas semanas de “esforço concentrado” (entre os dias 10 e 14 de agosto e 31 de agosto a 3 de setembro).

Apesar disso, a líder do governo no Senado aposta na construção de um consenso para viabilizar a aprovação da matéria.

“Vamos atuar ainda mais intensamente na articulação e na construção dos consensos necessários para a aprovação dessa PEC. Nosso compromisso é modernizar as relações de trabalho garantindo mais dignidade, saúde e tempo de qualidade para os trabalhadores”, diz.

No seu entendimento, o Senado está maduro para votar a PEC, que foi aprovada em maio passado por ampla maioria pelos deputados.

“O Congresso Nacional está pronto, tenho certeza, para dar essa resposta que a sociedade exige e merece”, afirma.

“Acredito no diálogo, no bom senso e na construção de um entendimento que permita ao Brasil dar mais esse passo em favor da dignidade do trabalho e da qualidade de vida do nosso povo”, completa.

“Prioridade absoluta” - O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que o fim da escala 6x1 é “prioridade absoluta” para o governo e que continuará trabalhando para que a votação ocorra assim que possível.

“Mesmo no período das eleições, o Senado vai funcionar em esforços concentrados e remotamente. Não impede que possamos ainda votar a PEC do fim da escala 6x1 em agosto. Nós vamos, ainda, insistir em avançar sobre essa proposta de emenda à Constituição ainda nesse período”, disse.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também crê na votação da PEC este mês. Para ele, o debate sobre a redução da jornada não pertence ao governo, à oposição e nem aos partidos políticos, e sim ao povo.

“Tenho muita esperança de que a PEC vai ser votada porque, com certeza, o trabalhador brasileiro sabe que não vai nadar, nadar e morrer na beira da praia. Espero que esta Casa compreenda a dimensão histórica dessa decisão”, defende.

Fonte: Portal Vermelho

Ganho real prevalece nas negociações salariais

DIEESE aponta que 87,5% das negociações do primeiro semestre garantiram reajustes acima da inflação, reforçando a importância da negociação coletiva

O primeiro semestre de 2026 confirmou a força da negociação coletiva no Brasil. Levantamento do DIEESE mostra que 87,5% dos reajustes salariais superaram a inflação acumulada.

Ao todo, o estudo analisou 7.858 negociações coletivas registradas até junho. Entretanto, a variação real média caiu para 1,20%, menor resultado observado neste ano.

Além disso, apenas uma pequena parcela das negociações registrou reajustes iguais ou inferiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), preservando predominância dos ganhos reais salariais.

Segundo o DIEESE, os resultados demonstram que sindicatos mantiveram capacidade de negociação, mesmo diante das oscilações econômicas, assegurando avanços importantes para milhões de trabalhadores brasileiros.

Por outro lado, o boletim destaca desaceleração dos ganhos médios reais ao longo dos meses. A tendência indica maior cautela patronal nas mesas negociais recentes.

Ainda assim, os dados reforçam que a negociação coletiva permanece instrumento fundamental para garantir recomposição salarial, ampliar direitos trabalhistas e fortalecer o diálogo entre trabalhadores e empregadores.

Importância da organização sindical - Para especialistas, o desempenho das campanhas salariais evidencia importância da organização sindical, responsável por assegurar reajustes



superiores à inflação na ampla maioria das negociações analisadas.

O levantamento integra o Boletim Negociação nº 70, publicado pelo DIEESE, com base nos acordos e convenções registrados até junho de 2026, abrangendo diversas categorias.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Desenrola Brasil 2.0: renegociação de dívidas tem prazo prorrogado

A prorrogação do programa de renegociação de dívidas bancárias, o Desenrola Brasil 2.0, foi oficializada no sábado (1º), em portaria do Ministério da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União. A medida já havia sido anunciada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Os consumidores terão até 31 de agosto para renegociar os débitos com os bancos e regularizar a situação de acesso ao crédito.

As regras do Desenrola permanecem inalteradas e, de acordo com a portaria, a prorrogação aplica-se exclusivamente às instituições financeiras que tenham celebrado, até 30 de julho de, no mínimo 1 mil operações de crédito com garantia do Fundo de Garantia de Operações (FGO).

Na ocasião do anúncio, Durigan ressaltou que a medida não exigirá novos aportes públicos ao FGO, uma vez que os recursos destinados ao programa já são suficientes para atender à demanda prevista.



Centrais Sindicais entregam demandas ao governo para reagir ao tarifaço de Trump

Documento, assinado pela NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores, CUT, Força Sindical, UGT, CTB e CSB, que prevê revisão da Lei das Patentes, fortalecimento do Mercosul e proteção aos empregos, foi entregue na manhã de sexta-feira (31) ao ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Marcio Elias Rosa, responsável direto em negociar com os EUA.

Luiz Gonçalves (Luizinho), secretário Nacional de Relações Sindicais da NCST, participou do encontro no qual os representantes dos trabalhadores e trabalhadoras defenderam a soberania brasileira e hipotecaram total apoio ao discurso adotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva frente ao ataque do presidente norte-americano.

Em sua opinião, o posicionamento firme do presidente Lula, mostra para Donald Trump que os brasileiros e brasileiras jamais aceitarão ser submissos aos interesses estrangeiros. “A postura altiva e soberana adotada pelo governo federal, bem como os posicionamentos e iniciativas do

Congresso Nacional e do STF tem total apoio da Nova Central”.

Luizinho comentou que no documento as centrais sugerem o estímulo à produção nacional, o reposicionamento do Brasil no mercado internacional e o estabelecimento de metas para buscar novos mercados frente ao tarifaço. Sendo que um ponto considerado prioritário é a garantia de proteção a classe trabalhadora e seus empregos.

“Pedimos que o governo exija a manutenção de empregos como condição para empresas acessarem programas de socorro devido às tarifas. Muitas das propostas já tinham sido apresentadas no ano passado, quando o primeiro tarifaço foi imposto pelos Estados Unidos, agora mais do que nunca reforçamos esta necessidade”, afirmou Luizinho.

Fonte: NCST-SP

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO